

IMPLICAÇÕES DO FINANCIAMENTO NO SETOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MOÇAMBIQUE

Samuel Manuel¹
Rassul José Júlio Mardade²
Rolf Calisto Uarasse³
Agostinho Rosário Teimoso⁴

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar as implicações do financiamento no setor da educação básica em Moçambique, com foco na qualidade do ensino. Na pesquisa são destacados dois intervenientes: o Estado e os parceiros. Para realização do estudo elegeu-se a pesquisa bibliográfica, que consistiu na consulta de obras e artigos publicados. Portanto, feita a análise do conteúdo, os dados da pesquisa relevam que o financiamento ao setor da educação é feito pelo orçamento do Estado de forma deficiente, e para complementar o défice, conta com a intervenção de parceiros nacionais e internacionais. Por fim, os poucos recursos existentes não são geridos de forma transparente, as vezes são direcionados para outros fins para o qual não foram alocados.

Palavras-chave: Educação; Ensino Básico de Moçambique; Financiamento.

THE IMPLICATIONS OF FINANCING THE BASIC EDUCATION SETOR IN MOZAMBIQUE

ABSTRACT

The main aim of the following research is to analyze the impact of education financing with especial attention on the basic teaching quality. In wich, is done by several sources of sponsors, as: by own State and partners. For the realization of the study were selected qualitative study, accomplished bibliography methodology, consisting on revision of books and articles already published. By the way, from the analyses of the contents, show that the financing to education setor is done by the deficient budget of Mozambican government and to complement this deficiency is necessary the intervention of national and international partners as (World Bank). Therefore, the few resources existing are not managed with transparence, sometimes allocated to different objectives that were not planed.

Keywords: Education; Basic teaching Mozambique; Financing.

Data de submissão: 15.05.2024

Data de aprovação: 02.10.2024

¹ Mestrando em Gestão e Administração Educacional pela Universidade Católica de Moçambique. Universidade Católica de Moçambique, Moçambique. E-mail: samuelmanuel.az@gmail.com

² Mestrando em Gestão e Administração Educacional pela Universidade Católica de Moçambique. Universidade Católica de Moçambique, Moçambique. E-mail: rassuljose@gmail.com

³ Mestrando em Gestão e Administração Educacional pela Universidade Católica de Moçambique. Universidade Católica de Moçambique, Moçambique. E-mail: rolfcalisto@gmail.com

⁴ Mestre em Avaliação Educacional pelo Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma–Niassa, membro e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Contextualização no Ensino (NuPECE). Filiação: Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma–Niassa, País Moçambique. E-mail: agostinhoteimosorosario@gmail.com

INTRODUÇÃO

O setor da educação ocupa um lugar privilegiado no desenvolvimento do capital humano, destaca-se pelo seu objetivo primordial de formação contínua do ser humano, dotando-lhe de conhecimentos suficientes para lidar com a sociedade onde está inserido. Assim sendo, o papel deste setor reflete-se nos mais diversos campos da sociedade, visando transformar as mentes humanas para que se tornem indivíduos com mentes capazes de refletir acerca dos vários fenômenos da natureza. Entretanto, as políticas que durante vários anos foram sendo implementadas no Sistema Nacional de Educação, tiveram como objetivo promover uma educação de qualidade e assegurar que grande parte da população moçambicana tivesse acesso a educação.

Desde a independência nacional em 1975, um dos desafios do Estado moçambicano foi o de garantir que todos os cidadãos tivessem acesso a uma educação, numa altura em que enfrentava enormes dificuldades financeiras, bem como de infraestruturas, material didático e recursos humanos qualificados para atender os objetivos do setor da educação. Entretanto os objetivos nunca foram os mesmos, refere-se aqui as três leis que compõem o percurso histórico da educação moçambicana. Considerando todos os desafios que o Estado enfrentou para se consolidar e responder as preocupações que mais se ressentiam e precisavam ser resolvidos para garantir o crescimento do país, e o financiamento ao setor da educação não constitui exceção, pois constituiu um dos maiores dilemas neste campo de vital importância para o desenvolvimento do país.

Diante disso, foi por meio de suas ações de intervenção ao setor que o Estado procurou apoio junto as entidades tanto nacionais assim como internacionais. Ora, o apoio externo é suportado por vários países através de entidades internacionais como: UNICEF, Banco Mundial, Canadá, Alemanha, Irlanda e a Finlândia, e o apoio interno é suportado pelo Governo Moçambicano através de entidades nacionais e outras instituições internacionais como: Progresso, Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC) que operam no setor da educação no país. Importa salientar que este apoio ao setor de educação foi suportado por uma legislação específica fundamentada na Constituição da República.

Assim, este estudo cujo tema é implicações do financiamento a educação, se orienta para uma análise mais específica do ensino básico em Moçambique. Para isso, pretende-se analisar as implicações do financiamento a educação básica com foco na qualidade de ensino. Especificamente, a pesquisa visa: identificar as fontes de financiamento do setor da educação em Moçambique; conhecer os meios usados para alocação dos financiamentos do setor da educação; e averiguar as vantagens do financiamento interno quando provido pelo Estado.

Evidenciamos para isso, várias fontes que intervêm no financiamento da educação em Moçambique, realçando dentre estas o financiamento interno e externo. O apoio ao setor da educação é motivado pela exiguidade de recursos do Estado e pela gestão danosa, não transparente dos escassos recursos existentes, direcionados para o setor da educação, e para contornar o problema o Estado recorre a mecanismos de apoio interno e externo, com vista a suprir as necessidades do setor, como: a construção de mais salas de aulas, a aquisição de livros escolares, giz e cadernos. Esta concepção sobre o financiamento ao setor da educação é debatida por vários autores, com intuito de apresentar conjunto de saberes que ajudem a desmitificar a economia do setor da educação.

No entender de Bonde e Matável (2022), evidenciam que os financiamentos direcionados ao setor da educação em Moçambique são de proveniência interna e externa. Moçambique se tem mostrado dependente de ajudas externas para garantir o funcionamento do setor da educação. Outrossim, estes apoios são regidos por termos e condições que obrigam o país a seguir agendas que não constituem necessidade e preocupação da sociedade e, por outro lado, tiram o foco daquilo

que são realmente as preocupações da sociedade moçambicana, deixando o sistema nacional de educação de mãos atadas e totalmente impossibilitada de criar suas próprias políticas educacionais que se identifiquem com a realidade do povo.

Razão pela qual, o sistema nacional de educação (SNE) tem implementado várias reformas em função dos recursos que são alocados ao setor, que em alguns casos não chegam a espelhar as reais necessidades do país. Como consequência disso, não há provisão de uma educação de qualidade que promova nem ao menos conhecimentos de leitura e escrita, cálculos matemáticos e habilidades de comunicação em língua portuguesa nas crianças dos diferentes subsistemas de ensino.

O sistema nacional de educação (SNE) tem muito a se preocupar em responder agendas internacionais. Em meados da década de 80 os manuais de ensino não reconheciam a cultura local e o conhecimento das vivências dos alunos, e isto tende a persistir nos dias atuais. Os programas de ensino básico estão sujeitos a várias alterações em um curto espaço de tempo, desmontando a incapacidade do setor em disponibilizar às escolas os materiais básicos para a aprendizagem dos alunos e isto tem consequências na qualidade ensino.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 CURRÍCULO DE ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE

A abordagem do financiamento a educação com mais ênfase para a educação básica é de extrema importância para compreender a gestão dos fundos alocados à educação. De acordo com a Lei 6/92, de 06 de Maio, o Sistema Nacional de Educação (SNE) encontra-se estruturado em ensino pré-escolar, escolar e extraescolar. O ensino básico foi concebido por níveis: 1ª a 7ª classe. Contudo, essa estrutura do ensino básico sofreu mudanças com a atualização da Lei subsequente (MOÇAMBIQUE, 2018).

Na Lei 18/2018, de 28 de Dezembro, a estrutura do ensino básico subdivide-se em, pré-escolar, ensino de adultos, geral, profissional e de professores. Essa lei do SNE expõe que o ensino básico passou a compreender nove classes (1ª a 9ª classe). Alteração acompanhada pela gratuidade, cujo objetivo é massificar a escolarização, em que reduz o alto índice de desenvolvimento e não dispõe de recursos financeiros para cobrir todas as despesas do funcionamento do setor da educação. Assim, vê-se obrigada a encontrar parceiros que possam financiar o setor da educação.

Vale destacar que “a transição do sistema do período educativo colonial para uma de educação moçambicana dá-se com a nacionalização do ensino, por meio do Decreto 12/75 de 6 de setembro de 1975, que proíbe o exercício a título privado da atividade de ensino em Moçambique, passando essa atividade a ser exclusiva do Estado” (GUEBERT; RODRIGUES, 2021, p. 262).

Isso demonstrava determinação e compromisso para com as necessidades estruturais do setor da educação em Moçambique. Entretanto, como o país, tinha a “necessidade de reconstruir-se como uma nação em que todos têm o direito e oportunidades iguais no processo de ensino, o Estado com uso deste instrumento procurou redimensionar a educação com um valor social para todos” (GUEBERT; RODRIGUES, 2021, p. 262).

Garantindo, dessa forma, o acesso universal e inclusivo embora, que para a sua “a implementação do processo educacional inclusivo, fosse preciso obedecer as recomendações internacionais relativas as infraestruturas adequadas, atendimento a diversidade; alocação de materiais; programas de formação inicial e continuada junto aos profissionais da educação” (GUEBERT; RODRIGUES, 2021, p. 259).

Os recursos financeiros contribuem para realização dos objetivos e asseguram a autonomia para organizar e implementar os modelos curriculares, que se identificam com as necessidades do povo, pelo menos este seria o foco, mas, se tem verificado um fracasso na implementação das políticas educacionais no país.

Nesse contexto, a implementação de um modelo curricular está dependente da disponibilidade financeira para sua execução, que permite a aquisição de meios necessários para que se execute o modelo desejado. Pois, os modelos curriculares representam uma tentativa de adequar o processo de aprendizagem e os objetivos que se pretendem atingir, e os modelos implementados pelo sistema nacional de educação de Moçambique ao longo dos tempos até aos dias atuais, sempre foram dependentes do orçamento do Estado direcionado ao setor, e do financiamento externo através dos apoios vindos de cooperações com outros países.

Ao observar que a educação básica representa uma transição importante de um indivíduo não escolarizado para escolarizado, pois muitos moçambicanos ingressam na escola com a expectativa de saber ler, escrever e dominar os cálculos, conforme atesta Franze (2017) “a educação básica pode ser entendida como apropriação de um conjunto de conhecimentos básicos e desenvolvimento de habilidades e atitudes julgadas necessárias para a sobrevivência dum cidadão e que constituem uma base fundamental para a prossecução de estudos posteriores (p. 112) ”.

Assim, por meio de financiamentos obtidos dos parceiros que apoiam o setor de educação, com objetivos de promover à educação para todos os cidadãos no país, e no mundo, conforme a ideologia de vários tratados do setor que visam massificar a educação além das fronteiras. Desse modo, em função das doações que o Estado moçambicano recebe, há implementação de vários modelos, com intuito de encontrar um que se ajuste com a sociedade, mas também, as sucessivas mudanças ou variação de modelos educacionais estão por detrás das exigências emanadas pelos parceiros de apoio ao setor.

Tanto é que, em algum momento, sobretudo na década de 80 os manuais do Sistema Nacional de Educação (SNE) não reconheciam a cultura local das comunidades, o conhecimento das vivências dos alunos no seu meio, os programas e manuais dos professores não abriam espaço para a criatividade. Entretanto, quando Moçambique começa a receber financiamentos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional são definidos termos e condições pelas agências e impostas ao país. Um desses condicionalismos foi a saída do país do regime monopartidário ao regime político multipartidário e liberalismo econômico. Essa medida culminou com a construção do novo plano curricular focado na conservação da unidade nacional, paz, democracia, respeito aos direitos humanos, na preservação da cultura e ao desenvolvimento socioeconômico de Moçambique (FRANZE, 2017).

De acordo com Ayres (2018), em meados de 1945 a 1960 registra-se um aumento na procura pela educação face ao crescimento populacional. A educação passa a ser vista como um direito de todos, sendo obrigação do Estado prover estes serviços à população, em que serve de vetor de desenvolvimento econômico, propiciando desta feita, um ambiente social e técnico para o desenvolvimento nacional.

Conforme Stiglitz (1975 cit. em Ayres, 2018) em meados de 1970 a 1990 houve uma forte mobilização para repensar o impacto dos gastos públicos e discussões sobre o papel da educação no sistema econômico. A educação dota os indivíduos de habilidades e capacidades contribuindo para sua competência profissional. Nesse período questionava-se sobre o papel da educação no âmbito político e econômico, uma vez que, várias nações do mundo estavam em busca do desenvolvimento por meio da educação.

Na medida em que o governo enviava esforços para promover a educação no país, a educação durante o conflito armado foi caracterizada pela guerra civil entre a Frente de Libertação

de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) que teve um impacto devastador sobre a economia do país, e destruição e encerramento de escolas (ROSÁRIO; ENNIS, 2015).

Entretanto, a preocupação de Moçambique em prover educação para todos começa a ganhar vida depois do país alcançar a independência, pois sai do sistema colonial, em que a educação e seus objetivos não visavam massificar, e nem estavam a dispor de todos cidadãos Moçambicanos. Por isso, a partir de 1975 quando os nativos assumem o destino do seu país, um dos seus objetivos prioritários está em combater o elevado índice do analfabetismo do qual o país se ressentia, e para realizar esse plano o país teve de se reinventar, procurando recursos para efetivar esse plano.

Assim, dentre os fatores que fragilizaram a economia da educação destaca-se a guerra civil que destruiu muitas escolas no território moçambicano e a falta de professores formados para trabalhar nos diferentes ciclos de educação. Portanto, as necessidades a serem supridas eram demasiadas para um país que acabava de renascer, precisando se solidificar para responder as exigências do mercado internacional. Não tendo recursos financeiros para cobrir as despesas de formação dos professores foram criadas políticas de cooperação com outros países, muitos moçambicanos eram enviados a diversos países como Cuba e Alemanha para dar formação em diversos cursos, como, também, teve de recorrer apoios externos para aquisição de material escolar, formação de professores e construir escolas, bem como mobiliar as salas de aulas.

1.2 FINANCIAMENTO AO SETOR DA EDUCAÇÃO

É notável o esforço do Estado moçambicano em prover condições de acesso a educação aos moçambicanos, como se estabelece na Constituição da República de Moçambique: a educação é direito de todo o cidadão, e o Estado tem a função de promover a igualdade no acesso. Neste sentido, foram traçadas políticas para melhorar o sistema de ensino (MOÇAMBIQUE, 2004).

De acordo com Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano MINEDH (2012) desde o período da independência o Estado moçambicano concebe a educação como um direito fundamental dos cidadãos e centra-se na criação e expansão de oportunidades para que todas as crianças tenham acesso a educação básica. Assim, o governo tendo noção de que a educação básica não seja suficiente para apoiar o desenvolvimento do país, num ambiente caracterizado por uma economia e sociedade em constante mudança, para promover o crescimento do setor educativo foram concebidas políticas que visam angariar recursos financeiros a partir de entidades nacionais e também a nível da diáspora. Conforme atesta o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano MINEDH (2020) em relação as formas de proveniência dos financiamentos para o setor de educação, desse modo:

A estratégia de financiamento e angariação de recursos é feito de modo combinado, sendo: recursos do Estado, recursos dos Parceiros de Cooperação, recursos dos pais e encarregados de educação, contribuições do setor privado e organizações não-governamentais em espécie ou em numerário (p. 174).

A dificuldade de Moçambique em financiar o setor da educação, fez com que o país optasse na ajuda externa. Inicialmente os financiamentos externos provinham de vários países com acordos bilaterais e multilaterais. Os financiamentos externos entre os anos 1975 e 2010 eram direcionados diretamente para o Orçamento Geral do Estado (OGE) e, por meio dele eram encaminhados para o setor da educação. Em 2002, face algumas constatações verificadas, dentre as quais o desvio de aplicação dos fundos destinados a educação para outros fins, o qual não foram planejados, fez

com que fosse criado o Fundo de Apoio ao Setor da Educação (FASE) como meio para a alocação dos fundos externos diretamente ao setor.

A incapacidade de Moçambique em garantir o funcionamento da educação são sustentados em Bonde e Matável (2022), ao afirmar que o Estado moçambicano tem enormes dificuldades para prover o financiamento ao setor da educação, acrescentando que uma das grandes dificuldades dos países subdesenvolvidos é financiar a educação. Maior parte desses países não têm recursos para suprir suas necessidades, e por causa da fragilidade de seus Estados tendem a ser dependentes economicamente.

Conforme consta do relatório da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional “United States for International Development, USAID” (2022), em conformidade dos testemunhos acima referenciados, a incapacidade do país para financiar o setor da educação, de modo a garantir que as crianças tenham acesso a educação de qualidade até 2029, sucede que o governo foi financiado com doadores, a partir da disponibilização de mais de cem milhões de dólares por ano, encaminhados ao Fundo de Apoio ao Setor de Educação (FASE), por meio de parceiros como o UNICEF, Banco Mundial, Canadá, Alemanha, Irlanda e a Finlândia, de modo a atingir objetivos do setor.

O Fundo para Apoio ao Setor da Educação (FASE) contribui para a materialização dos programas no ensino básico como aquisição do livro escolar, formação de professores, supervisão e construção de salas de aula, que também serve para responder aos programas internacionais, com objetivos no desenvolvimento do milênio e no desenvolvimento sustentável.

Desta feita, os financiamentos ao setor de educação têm-se mostrado instáveis, pois variam de um período para outro. Com isso, queremos nos referir que nos últimos anos os investimentos reduziram. Entretanto, Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, MINEDH (2020), evidencia que apesar da incapacidade do governo, este situa-se dentre os maiores financiadores do setor da educação, ou seja, destaca-se por disponibilizar a maior percentagem destinada ao funcionamento do setor, embora os financiamentos externos continuem entrando no setor, tem que destacar, significativamente, a redução nos últimos anos, chegando a atingir uma percentagem de redução em cerca de 12% depois da descoberta das dívidas não declaradas no país.

Considerando que um dos fatores de sucesso para um país seja o componente financeiro, Moçambique (2016, p. 11), destaca que “um dos grandes desafios do Estado Moçambicano é actualmente com uma dívida pública bastante elevada o que pode comprometer a curto e médio prazo os seus objetivos e metas de expansão, acesso e melhoria da qualidade de educação para todos”. Isso também pode causar um dos maiores males, que é a falta credibilidade do país para com os credores, podendo provocar ainda, rotura no funcionamento do setor da educação.

As fontes de financiamento ao setor da educação têm duas proveniências, a saber: os fundos internos que vem do orçamento do Estado e os fundos externos que resultam de doações dos parceiros, estes são alocados a um programa denominado por Fundo de Apoio ao Setor de Educação (FASE), e em seguida são distribuídos as escolas através de um mecanismo de distribuição chamado por Apoio Direto às Escolas (ADE), aplicado para manter o funcionamento das escolas, com despesas correntes. É de salientar que o setor de educação recebe maior parcela do orçamento do Estado, se comparado com os outros setores, refletindo como uma representação quantitativa de resultado em um processo de negociação e competição entre diferentes intervenientes do Estado (Rosário; Ennis, 2015).

De acordo com Bonde e Matável (2022), o Fundo de Apoio ao Setor de Educação (FASE) representa o maior financiamento externo para o setor da educação, com destaque para o ensino básico, que serve de apoio canalizado diretamente para a escola, isto é, não é canalizado para os

cofres do Estado. Com este fundo a escola serve para compra de material escolar, formação dos professores e construção de salas.

O fundo de Apoio Direto a Escola (ADE) foi introduzido no ano de 2003 como um mecanismo de garantia para que não seja desviado para outras aplicações, e que as escolas recebam diretamente para aquisição de materiais essenciais (quadro, giz, cadernos e manuais) entre outros equipamentos, ajudando a resolver as preocupações sobre a qualidade de ensino.

Importa destacar a redução dos financiamentos nos últimos tempos ao setor da educação, o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) em seus relatórios não avança as reais causas que motivaram este sucedido. Embora, na percepção de Bonde e Matável (2022), a redução dos financiadores ao setor possa estar relacionada á descoberta das dívidas não declaradas no ano de 2016. Com isso, o peso do orçamento de Estado alocado ao setor de educação mostra a prioridade que o governo dá ao setor, numa altura em que os recursos não são suficientes para suprir todas as necessidades, e em função disso, são tomadas decisões difíceis durante o ajuste para priorizar a educação, pois os últimos anos o orçamento do setor é de vinte por centos (20%), por sinal o maior entre os setores.

Assim, os financiamentos feitos obedecem alguns critérios a seguir descritos: de acordo com Rosário e Ennis (2015), as fontes de financiamento são classificadas em 3 (três) categorias, a saber: a) Recursos recorrentes financiados por fonte interna; b) investimento interno obtidos a partir de fontes locais; e c) investimento externo proveniente de fontes externas.

De acordo com MINEDH (2020) na fonte interna a verba é proveniente de recursos oriundos de receitas fiscais do Estado, tais como: receitas tributárias, contribuições sociais, patrimoniais, exploração de bens do domínio público, receitas de impostos de mais-valias e fundos de apoio direto orçamental. E maior parte da despesa do setor de educação são financiadas pela fonte interna, em termos percentuais o valor varia, como se pode ver: em 2018 era estimado em 83% e em 2019 em 89%. Este financiamento serve também para pagar salários do pessoal docente, não-docente, aquisição de bens e serviços para o funcionamento das instituições.

As outras receitas vêm de cobranças nas taxas de matrículas, do aluguel de estabelecimentos, produção escolar, dos pais e encarregados de educação, que contribuem para o financiamento das escolas. A título de exemplo, a contribuição para o pagamento de guardas e pequenas reparações à escola. Realçando que atualmente as inscrições para frequentar o ensino básico não são pagas taxas de matrícula, em respostas aos acordos, tratados, de agendas internacionais, como os Objetivos do Milénio e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que visam promover a universalização da educação no mundo inteiro, isto abre espaço para que todos cidadãos tenham acesso a educação. Portanto, a taxa de matrícula para acesso ao ensino constitui receita para as escolas suprirem suas necessidades, e com a retirada da taxa de matrícula muitas escolas ficaram impossibilitadas de suprir algumas necessidades, tendo passado a depender apenas do orçamento vindo do Estado, que muitas vezes tem sido deficiente.

O Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) encoraja estas contribuições para ajudar as escolas, embora no processo de execução desses fundos oriundos de diferentes contribuintes não sejam geridos com transparência, pois, ainda existem comunidades com escolas precárias, falta de salas de aulas em muitas escolas e persiste a falta de material didático para os professores e alunos.

As contribuições internas promovidas pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) podem ser entendidas como desafio com vista a encontrar mecanismos de resolução da dependência externa para garantir o funcionamento do setor da educação. Mas não basta apenas pedir apoio, o governo precisa trabalhar e criar políticas que ajudem a fazer uma

gestão transparente dos fundos alocados ao setor e colmatar a má gestão e desvio dos fundos públicos no país.

De acordo com Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano MINEDH (2020), a fonte externa de financiamento consiste no apoio direto ao orçamento do setor de educação, por meio de projetos bilaterais e multilaterais, das organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais que também apoiam as escolas em materiais, construção e reabilitação de salas de aulas e capacitação dos professores.

De acordo com o relatório da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional USAID (2022), apesar dos esforços envidados através dos financiamentos ao setor da educação em Moçambique existem muitas crianças frequentando as escolas que terminam o ensino primário sem conhecimentos referente a letras, números, em que o analfabetismo ainda persiste.

O fraco desempenho dos alunos no ensino moçambicano pode estar relacionado por um lado, com a sobrecarga dos conteúdos ministrados em diferentes níveis ou classes, não sendo proporcionais ao tempo atribuído para o professor ensinar e os alunos aprenderem, as unidades temáticas são muitas em função dum curto tempo para o ensino e aprendizagem, e por outro lado pode estar relacionado a passagem semiautomática para responder agendas externas, a qual promove a transição de classe dos alunos, sem necessariamente levar em conta se os alunos reúnem requisitos para sua transição de classe.

O Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano MINEDH (2019) no seu relatório sobre revisão de políticas educacionais de Moçambique afirma que a qualidade de ensino, embora tenha registado incremento no rácio de professor por alunos e implementadas reformas na formação dos professores, os resultados da aprendizagem do ensino revelam falta de qualidade, motivados pelo fato de muitos professores primários não terem domínio e habilidades para lecionar as disciplinas de Português e Matemática.

A qualidade de ensino incide sobre vários fatores, para melhoria do desempenho na leitura, escrita, contagem, na relevância dos conteúdos, sobretudo quando estes se alinham com as necessidades da sociedade, e finalmente pelo ambiente das instalações de aprendizagem. Portanto, é necessário que estes elementos sejam coordenados, de modo que a sua implementação resulte num processo sólido que contribua para o crescimento dos cidadãos e que estes sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, aliadas as dificuldades do país em prover financiamento ao setor de educação, Moçambique se torna dependente de apoios externos para prover recursos ao setor da educação e isso influencia sobre maneira como se escolhe e implementa os modelos curriculares. Não conseguindo autossustentar-se, Moçambique encontra limitações de autonomia para desenhar e implementar um currículo que se identifique com as preocupações do seu povo, e que seja aceita pelos cidadãos. Atualmente, é notório a insatisfação com a formação das crianças por parte dos pais e/ou encarregados da educação, resultado da falta de qualidade de ensino público e motivado pela falta de material escolar, salários dos professores que são extremamente baixos e pela existência de escolas em condições precárias.

Outro elemento a destacar está relacionado ao investimento direto ao aluno. Durante anos até os dias atuais, o Estado e o setor da educação tem investido pouco no aluno. Essa tendência é reforçada por Moçambique (2016), e aponta para o fraco investimento no aluno e o impacto significativo não apenas na qualidade da educação para as crianças em particular, mas também no alcance das metas de educação para todos, principalmente no ensino secundário, em que as taxas de desistência escolares, principalmente por parte das raparigas tem sido elevadas, com destaque para as regiões centro e norte do país.

É justamente isso que preocupa grande parte dos fazedores de educação. Pois acredita-se que “um maior investimento per capita pode trazer oportunidades que criam uma maior retenção da rapariga na escola, através da implementação de programas orientados para a criação de habilidades para a vida das raparigas, e que incluem pacotes relacionados com a promoção dos direitos de cidadania dos adolescentes, rapazes e raparigas” (MOÇAMBIQUE, 2016, p. 11).

É nesse sentido que se chama a consciência sobre a relevância que o financiamento eficiente do Estado pode trazer para a melhoria da qualidade do ensino. A capacidade de um país em prover sua educação contribui para que o ensino tenha a qualidade desejada, e que os frutos dessa educação resulte em alunos que graduam, sabendo ler e escrever, fato que não acontece em casos em que o país não tem a capacidade de financiar sua educação. Portanto, na medida em que o país cria condições financeiras e materiais para o setor da educação, também garante que os alunos vindos desse processo se identifiquem com as preocupações da sociedade em que vivem.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação dos Moçambicanos com relação a qualidade de ensino básico tem vindo a intensificar-se a cada dia, carecendo que se faça algo a respeito. Sendo razão de estímulo para a realização do presente estudo, com base na revisão dos artigos e outras obras publicadas.

A partir da análise feita percebe-se que é necessário que as entidades envolvidas no setor da educação, trabalhem de modo que a dependência financeira do setor da educação seja criada políticas que incentivem a gestão de transparentes fundos alocados. E, também, é importante que haja rigorosidade na gestão dos poucos recursos existentes no setor, pois tem-se assistido frequentemente aplicação de uma gestão desastrosa, culminando com desvio dos fundos públicos alocados.

Neste sentido, após o governo garantir a seriedade na criação de políticas que estimulem boa gestão dos fundos públicos, deve-se criar mecanismos de autossustentação com fundos internos que incrementem o financiamento destinado ao setor da educação para construção de salas, com condições básicas de aprendizagem, produção de materiais escolares e o aumento nos salários dos professores.

O governo precisa aumentar o financiamento para a construção de escolas, funcionamento das instituições de ensino, pagamento de salário dos professores e para os demais problemas que o setor enfrenta. O Estado moçambicano precisa criar um fundo específico através das contribuições internas para financiar a educação, pois não pode apenas limitar-se em pedir apoio externo enquanto o país possui recursos suficientes para o seu financiamento.

Por fim, com base nas análises feitas, concluímos que a deficiência orçamental do estado moçambicano faz com que recorra a apoios externos para garantir o funcionamento do setor da educação. E a dependência do país tira a sua autonomia em definir suas próprias políticas educacionais, promovendo a aprendizagem de temas que não se identificam com as preocupações da sua sociedade. Atualmente o ensino básico moçambicano está centrado no cumprimento dos objetivos de entidades internacionais (universalização da educação), que até certo ponto estão inclinados no alcance de metas estatísticas e não no domínio da ciência.

O Estado é chamado a assumir esse papel na gestão do sistema educacional, considerando que só dessa forma seria possível que moçambique defina políticas que promovam uma educação de qualidade. Com o suporte financeiro do Estado ao setor da educação o foco será em responder as necessidades e os desafios do setor, tendo em vista o alcance em níveis aceitáveis de qualidade de ensino, garantindo que os problemas da sociedade moçambicana sejam abordados e resolvidos internamente por meio de uma educação mais eficiente e eficaz.

Portanto, numa altura em que o país regista o aumento de professores com nível superior, supõe-se que os alunos graduados do ensino básico fossem capazes de ler e escrever, fato que não acontece, pois existem centenas de alunos graduados do ensino básico sem domínio de leitura, escrita e matemática. A incapacidade financeira deve ser ultrapassada, com aplicação racional e transparente dos recursos existentes, dessa forma, abre-se o horizonte do país para desenhar políticas próprias para sua educação.

REFERÊNCIAS

- AYRES, Victor Rabello. **Economia e educação: percepção, evolução e responsabilidade**. UFRJ. 2018.
- BONDE, Rui Amadeu; MATÁVEL, Príncidónio Abrão. **O Financiamento da Educação em Moçambique e seus Desafios**. 2022.
- CORBIN, Juliet M.; STRAUSS, Anselm L. **Basics of qualitative research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory**. Los Angeles. 2008.
- FERNANDES, Rafael José Gonçalves. **Um currículo de ciências diferente. O caso da Escola Móvel**. Universidade de Lisboa. 2009.
- FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa – Um guia para Iniciantes**. Porto Alegre: Brasil. 2013.
- FRANZE, Francisco Daniel. **O Currículo do Ensino Básico em Moçambique e a Educação para a Cidadania**. 2017.
- GUEBERT, Mirian Célia Castellain; RODRIGUES, Mariano Araújo. Sistema educativo em Moçambique: as estratégias internacionais de inclusão. **Revista RIDH**, Bauru. 2021.
- MINEDH - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Plano Estratégico da Educação 2012-2016**. Moçambique. 2012.
- MINEDH - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Plano Estratégico de Educação (2020-2029): por uma educação, inclusiva, patriótica e de qualidade**. Maputo. 2020.
- MINEDH - Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Revisão de Políticas Educacionais Moçambique**. Moçambique. 2019.
- MOÇAMBIQUE. **Publicação oficial da República de Moçambique**. Lei 6/92, I Série nº 19, de 6 de Maio. S.N.E. Maputo. 1992.
- MOÇAMBIQUE. **Publicação oficial da República de Moçambique**. Lei 18/2018, I Série nº. 254. de 28 de Dezembro. SNE. Maputo. 2018.

MOÇAMBIQUE. Estudo regional sobre assimetria no setor da educação e financiamento interno em Africa: caso de Moçambique. MEPT. IBIS & ANCEFA. 2016.

MOÇAMBIQUE. Introdução do Novo Currículo do Ensino Básico. XXVIII Conselho Coordenador Por uma visão futura e segura da educação. 2003.

MOÇAMBIQUE. Publicação oficial da República Popular de Moçambique. Lei 4/83, I Série nº. 12, Maputo, 1983.

RIBEIRO, António Carrilho. Desenvolvimento Curricular. Texto Editora, Lisboa. 1992.

ROSÁRIO, Domingos Manuel; Ennis. Clare Mart. Estudo sobre a economia política do setor da educação em Moçambique. 2015.

SILVA, Carlos Manuel Ribeiro. Desenvolvimento Curricular e Construção do Conhecimento Profissional. Universidade do Minho. Brasil. 2011.

USAID. Fundo de apoio ao setor da educação (FASE). 2022.

VARELA, Bartolomeu Lopes. O currículo e o Desenvolvimento Curricular: Concepções. Praxis e Tendências. Praia: Cabo Verde. 2013.